

Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa



A Intervenção da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais sobre a Igreja Matriz de Lourosa, Oliveira do Hospital

Realizado no âmbito da disciplina de Teoria do Restauro II

Docente: Prof. Alice Nogueira Alves

Discente: Beatriz Lousão Delgado, nº10457

2º Ano da Licenciatura em Ciências da Arte e do Património

Ano Letivo 2017/2018

Conteúdo

Introdução.....	3
O Estado Novo – Contexto Histórico-Cultural	4
A Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN)	6
A Atuação da DGEMN no Estado Novo – Relação Entre Ambos	8
A Igreja Matriz de São Pedro de Lourosa	9
Breve Contextualização e o Porquê do Interesse pelo Monumento	9
O Século XX e a Redescoberta da Igreja de Lourosa.....	11
As Intervenções Por Parte da DGEMN e a Atualidade.....	12
Conclusão.....	15
Pesquisa de Conteúdos.....	16
Bibliografia	16
Webgrafia	16

Introdução

O restauro do século XX foi determinante para a história do restauro contemporâneo português e a Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) foi a responsável direta pelos principais trabalhos de intervenção no património arquitetónico nacional.

O presente trabalho tem por objetivo analisar de maneira sucinta a atuação da DGEMN, o motivo da sua criação, bem como os seus antecedentes, a fim de obter uma melhor compreensão sobre as intervenções realizadas pela Direção-Geral no património edificado português. Pretende-se ainda identificar as motivações que levaram à realização de intervenções em determinados monumentos e quais os princípios básicos seguidos durante estas intervenções.

De modo mais específico, iremos abordar o trabalho de intervenção realizado na **Igreja Matriz de Lourosa, concelho de Oliveira do Hospital, realizado entre 1930 e 1931**. Para a realização deste trabalho uma importante referência a ser utilizada será o **Boletim da DGEMN número 55, apenas lançado em Março de 1949**, que contempla tanto a história do monumento restaurado como o relatório da intervenção realizada.

Com o desenvolvimento deste trabalho esperamos ampliar a nossa compreensão sobre os processos de salvaguarda utilizados no património arquitetónico nacional, bem como o conhecimento sobre um período da história de Portugal.

O Estado Novo – Contexto Histórico-Cultural

A primeira metade do século XX ficou marcada pela ascensão de regimes ditatoriais nalguns países da Europa. Toda a destruição e morte provocadas pela 1ª Guerra Mundial encaminharam a Europa para uma época negra nos anos que se seguiram a 1918, o fim da Grande Guerra.

O Estado Novo (1933-1974) foi um regime autoritário, conservador, nacionalista e corporativista do Estado, de inspiração fascista, parcialmente católica e tradicionalista, de cariz antiliberal, antiparlamentista, anticomunista e colonialista, que vigorou em Portugal sob a Segunda República. O regime criou a sua própria estrutura de Estado e um aparelho repressivo (PIDE, colónias penais para presos políticos, entre outros) característico dos chamados Estados Policiais, apoiando-se na censura, na propaganda, nas organizações paramilitares (Legião Portuguesa), nas organizações juvenis (Mocidade Portuguesa), no culto do líder e na Igreja Católica.

Surgiu como resposta à crise interna nacional após a queda da monarquia com a revolução de 1910. Esta, apoiada na classe média, pretendia o alongamento da liberdade, fim de privilégios e instauração de uma maior justiça social. Esses ideais não foram cumpridos, resultando assim numa instabilidade política e fraco relacionamento internacional, que piorou com a participação na Grande Guerra.

A transição desta crise para a criação do Estado Novo deu-se pelo golpe militar que ocorreu em 1926, comandado pelo General Gomes Costa, que resultou na queda da 1ª República. Dois anos depois, com a eleição de Óscar Carmona para presidente da república, inicia-se o que viria a ser uma ditadura militar. Óscar Carmona chama António Oliveira Salazar, que já tinha passado brevemente pelo governo e era agora professor na Universidade Coimbra, para ocupar o cargo de ministro das finanças. No entanto este só aceita o cargo na condição de poder supervisionar os ministérios e ter voto nas matérias sobre aumentos e despesas. Assim, Salazar conseguiu melhorar a economia do país e dar alguma estabilidade ao Estado, sendo considerado na época com “um salvador”, dando assim a designação de “Salazarismo” ao Estado Novo. Pouco a pouco Salazar foi moldando o governo às suas ideologias, até por fim conseguir impor uma nova constituição que resultou no dito Estado Novo, em 1933.

O Estado Novo dirigido por Salazar refletiu as ideias do ditador, que considerava o governo como um instrumento preparado antecipadamente ao serviço da pátria, mesmo que para isso fossem necessários alguns sacrifícios – tal

como indicava o lema “*Tudo pela Nação, nada contra a Nação*” (Saraiva, 1983)¹. Todo o conceito do Estado Novo era apresentado segundo lemas que expunham as ideologias impostas. O lema “*Deus, Pátria, Família*” (Saraiva, 1983) demonstrava a ligação que o Estado Novo tinha com a Igreja Católica (religião que dominava a época e limitava o Estado autoritário) e com o socialismo nacional, proveniente da influência do fascismo italiano.

Esta maneira de governar era então caracterizada da seguinte forma:

- Pelo **nacionalismo absoluto**, que colocava a Nação acima tudo;
- Pelo **domínio da religião católica**, que levava o Estado a impor uma moral católica ao povo;
- Pelo **socialismo nacional**, que permitia guiar e controlar o povo;
- Pelo **ser conservador**, visto que tudo o que variava e não se guiava pelos princípios impostos (considerados moralmente corretos) era perseguido e considerado ameaça à Nação;
- Pela **censura**, pois havia a necessidade de manter o exemplo e a ordem;
- Pela **propaganda política**, que era realizada de inúmeras formas como por exemplo pelos boletins;

O nacionalismo salazarista sente a necessidade de valorizar a evolução histórica da Nação como fonte de recordações dos triunfos do país e das memórias do passado. Para isso teria de haver testemunhos históricos de épocas diferentes que pudessem servir de prova desta valorização e serem então utilizados como veículo de propaganda e imposição dos valores do Estado. Os monumentos nacionais encaixavam-se perfeitamente nesta necessidade pois encontravam-se num estado de degradação demasiado decadente – por terem sido posto de parte pelos antigos regimes – e através de restauros estilísticos poderiam então retomar à sua grandeza, mostrando assim que os Estado os valorizava.

Considerando os sucessivos protestos contra a decadência, a degradação e o permanente abandono dos monumentos nacionais, e a necessidade do Estado Novo de conseguir um equilíbrio entre o passado e a tradição *versus* o progresso e a modernidade, a solução passava então por restaurar estes monumentos fazendo-os assim adquirir um papel de testemunhos históricos e simbólicos, para benefício do

¹ SARAIVA, José Hermano. 1983. «História de Portugal: 1640-Atualidade», vol. 3. Publicações Alfa, SARL.

património arquitetónico mas que ao mesmo tempo fossem parte da propaganda política, de modo a haver progresso e, conseqüentemente, aumento de poder.

A ideia destes restauros era utilizar o monumento como marco de um dado acontecimento histórico e não da sua época de origem, o que leva o Estado a optar por obras representativas de momentos triunfais de uma dada época histórica e a realizar o respetivo restauro estilístico segundo essa época.

A Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN)

A Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (sigla DGEMN) foi o serviço central do Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração, cujo objetivo era a salvaguarda e valorização do património arquitetónico e a instalação de serviços públicos. Este serviço resultou da necessidade de centralizar num único organismo as responsabilidades da construção e reparação de edifícios, pois com a implementação da República (1910) o governo adquiriu vários monumentos que haviam sido anteriormente detidos por ordens religiosas, abolidas com a mudança de regime.

A DGEMN resultou de uma série de reformas sucessivas. Inicialmente, em 1919, foi criada uma repartição dentro do Ministério do Comércio e Comunicações, encarregue dos assuntos referentes a edifícios e monumentos nacionais. Nesse mesmo ano surge a Administração Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, com os aumentos da capacidade da repartição. Finalmente a 29 de Abril de 1929 é criada a DGEMN, que herda as competências dos serviços relacionados com os edifícios e monumentos nacionais existentes desde os finais do séc. XIX e inícios do séc. XX.

É também definido que esta irá ter um diretor geral e um diretor de serviços dos monumentos, sendo obrigatório que um destes seja engenheiro e o outro arquiteto. Ocuparam estes cargos o engenheiro militar Henrique Gomes da Silva (1890-1969) e o arquiteto Adães Bermudes (1864-1948). Um ano depois verifica-se a necessidade de existirem duas direções, uma no Norte do país e outra no Sul, para que todo o trabalho fosse realizado mais rapidamente e se mantivesse sempre organizado e orientado. Baltazar da Silva Castro (1891-1967) direcionava a direção do Norte, tendo Adães Bermudes ficado encarregue da direção do Sul.

As primeiras décadas de atuação da DGEMN decorreram segundo uma conceção de restauro baseada nos princípios da unidade de estilo. Grande parte das intervenções realizadas em monumentos pretendiam devolver aos mesmos a sua

“pureza” original, que dependia do marco histórico que os havia tornado num símbolo, e libertá-los de todo o ruído visual, que podia ser a própria vizinhança cujas construções não fossem consideradas adequadas à composição urbana e os acrescentos posteriores à época considerada “pura”. Assim sendo, não eram só realizadas modificações nas construções, mas também nos espaços envolventes das mesmas. Para além disso, estas intervenções tinham também o objetivo de dar utilidade aos edifícios de modo a melhorar a sua qualidade enquanto monumentos, facilitar a sua manutenção e tornar a experiência dos visitantes na melhor possível, isto sendo, o mais próximo possível da sensação histórica pretendida. Como mentor desta prática destacou-se o diretor da DGEMN, desde a sua fundação até 1960, o engenheiro Henrique Gomes da Silva, que chega a descrever os princípios orientadores deste conjunto de métodos de intervenção.

Em 1960 há mudanças políticas que afetam a DGEMN, levando as intervenções a serem motivadas por outras questões. Nas intervenções seguintes continua a existir uma preocupação com a funcionalidade, mas agora mais dirigidas para o reaproveitamento dos espaços como por exemplo para a criação de hotéis, pousadas e até mesmo hospitais.

Os anos 70 correspondem ao início do abandono dos restauros, devido à falta de financiamento, em prol da aderência a intervenções mais dedicadas à conservação preventiva. Esta conservação prezava os contributos de todas as épocas presentes no edifício sem haver alterações nos espaços envolventes dos monumentos, numa atitude orientada pelos princípios da Carta de Veneza de 1964 – Carta Internacional sobre a Conservação e Restauro dos Monumentos e Sítios.

Os boletins da DGEMN organizaram-se em cerca de 131 publicações regulares (cerca de quatro por ano até 1960, e mais espaçadas até 1990 – o boletim que é abordado neste trabalho foi lançado apenas em 1949, apesar das respetivas intervenções terem sido realizadas entre 1930 e 1931) que apresentaram uma grande parte das intervenções realizadas pelo país, constando neles o registo do estado de conservação/degradação em que se encontravam os monumentos antes das obras e o respetivo resultado final. Estes boletins, ainda hoje existentes, incluem textos históricos sobre a importância do monumento, memórias descritivas das intervenções, plantas com a localização do monumento na área urbana, plantas e vistas da estrutura arquitetónica desenhadas e ainda fotografias do exterior e interior antes, durante e depois das obras. Estas publicações fazem parte de um dos objetivos da DGEMN que consistia em procurar e realizar um estudo aprofundado de toda a documentação referente a restauros e intervenções dos monumentos de modo a criar um arquivo documental que incluísse projetos de

intervenções com todos os seus componentes. Esse arquivo veio a originar o atual arquivo de informação e documentação do património arquitetónico, urbanístico e paisagístico português, SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico.

A Atuação da DGEMN no Estado Novo – Relação Entre Ambos

O nacionalismo do Estado Novo comungava de uma perspetiva triunfalista da História de Portugal. A memória histórica “exigia” o testemunho palpável dos monumentos que surgiam, aos olhos dos portugueses, reintegrados na sua suposta forma primitiva, a fim de cumprir a missão de creditar o passado (NETO, 2001, pág.18). Nesta perspetiva foram traçadas as intervenções monumentais executadas pela DGEMN, a fim de se fazer cumprir a fórmula ideológica do Estado Novo (“*Deus, Pátria, Família*”) preservando e intervindo naqueles monumentos históricos no qual o regime político da altura se identificava ou procurava destacar de modo a enfatizar a Pátria Portuguesa.

A relação entre a DGEMN e o Estado Novo é de completa dependência no sentido em que a DGEMN é criada em plena transição, entre a 1ª República e o Estado Novo. A implementação do Estado Novo leva a DGEMN a ser responsável por todas as intervenções realizadas em monumentos nacionais no âmbito de obras publicas encomendadas pelo governo.

A DGEMN atua principalmente sobre aqueles monumentos nacionais aos quais já estava associada a história de uma época de glória, já que estes períodos tinham imensa importância para o regime pois eram exaltados a fim de gerar uma vinculação com o governo vigente e o progresso de outrora do país que se pretendia alcançar novamente. Para corroborar esta estratégia propagandista foi criada uma obra por Martins Barata intitulada “*A Lição de Salazar*”, fazendo um contraposto entre cenas de um momento anterior, onde existia outro sistema pouco vigente, e o momento no qual se encontravam. Nesta obra existia uma primeira imagem sem cor, desbotada, que mostrava uma paisagem com um castelo, algumas casas, num local um pouco ermo onde se pretendia mostrar uma falta de zelo pelo património publico. A segunda imagem – o dito contraposto – já possuía cores mais fortes e uma escola e edifícios mais modernos em frente ao castelo, mostrando o processo empregue pelo Estado Novo.

A escolha dos monumentos a serem alvo de intervenções é uma das maiores demonstrações desta relação de dupla dependência, pois um dos principais critérios para esta escolha era o valor que o monumento tinha enquanto símbolo de um

determinado momento da história. Ao longo dos tempos foram colocados de lado alguns estilos que não correspondiam ao pensamento da época em questão, mas isto não se passa no século XX pois o objetivo do estado era fazer com que os monumentos representassem a memória do triunfalismo nacional. Para tal, o Estado financiava a DGEMN para a procura de documentação sobre a história dos monumentos como símbolos nacionais e das intervenções realizadas até à data, para que assim pudessem determinar a época histórica que o monumento deveria representar e então prosseguir com o projeto de intervenção. Este projeto consistia num restauro estilístico que adicionava elementos ou eliminava os que estivessem a mais, de forma a representar uma dada época. A ideia geral era tornar o Estado Novo numa época áurea da história nacional, e para tal era necessário criar um cenário ideal de todos os atos representativos da grandiosidade do país.

Outro aspeto que demonstra esta relação de afinidade e dependência entre estes dois órgãos é observado na divulgação das intervenções realizadas, através dos boletins. Ao fim de cada intervenção o Estado comemorava e divulgava o fim da mesma. Isto era uma estratégia de propaganda que partia de exposições e festas comemorativas às ditas publicações, de modo a dar a conhecer à população o que havia sido feito. Era informação que chegava a toda a gente.

A Igreja Matriz de São Pedro de Lourosa

Breve Contextualização e o Porquê do Interesse pelo Monumento

A Igreja Matriz de Lourosa, também chamada de Igreja Moçárabe de São Pedro de Lourosa, fica situada na freguesia com o mesmo nome, pertencente ao concelho de Oliveira do Hospital, distrito de Coimbra, Portugal. É um templo de construção pré-românica moçárabe dedicada ao Apóstolo S. Pedro.

Esta igreja paroquial constitui um raro exemplar de arquitetura pré-românica, com abundante material romano reaproveitado e reelaborado que lhe confere um aspeto classicista – estatuto reforçado pela ausência de decoração e pelo predomínio de linhas retas. Ainda que o seu aspeto tenha sido muito intervencionado durante campanhas de restauro no ano de 1930, várias características nos remetem para as arquiteturas moçárabe e visigótica. É um templo de forma basilical (em cruz), de transepto saliente e cabeceira tripartida, com três naves separados por arcarias em arco de ferradura, sendo a central mais comprida e antecidida na fachada principal de um nártex de compartimento único. Mais particularmente falando, para entrar no templo é necessário descer alguns degraus, pois o nível do pavimento é sensivelmente mais baixo que o do terreno

exterior. O interior da igreja de Lourosa está dividido em três naves que apresentam uma particularidade notável quanto à sua extensão, pois a nave central é muito mais comprida que as naves laterais. As arcadas, formadas por três arcos de ferradura separam, de cada lado, a nave central das naves laterais. Estes arcos apoiam-se pelos extremos, em impostas², e na parte central em ábacos³ lisos, quadrangulares, assentes sobre colunas de tipo dórico que se supõe serem provenientes do edifício levantado durante o domínio romano. O arco de ferradura, característico do monumento, encontra-se ainda nas portas de comunicação da sacristia com a nave central e com a lateral do lado do evangelho. O alto valor deste monumento foi reconhecido só na era moderna. Até 1911 as referências eram que a igreja "*foy fábrica de mouros*". Só em 1911 começou realmente a ser estudado.

Ocuparam-se da Igreja de Lourosa três eminentes historiadores da arte portuguesa, cronologicamente, Virgílio Correia, Joaquim de Vasconcelos e D. José Pessanha. Todos estão de acordo quanto ao inestimável valor deste monumento, pois este veio preencher uma lacuna na evolução artística da terra portuguesa – a lacuna que separa as igrejas visigóticas das primeiras igrejas românicas.

Há no entanto ainda hoje uma questão de forma política: estava o território onde se ergueu o monumento sob o domínio dos cristãos ou dos muçulmanos? Como os árabes entraram e conquistaram a Península Ibérica em 711/712 e a igreja pensa-se ter sido construída em 912, há quem afirme que o território era dos árabes, mas que estes deixaram a igreja por terminar. Outros afirmam que o território nessa altura já era dos cristãos.

A igreja possui uma pedra solta com a inscrição "Era DCCCL" (Era Hispânica) correspondendo ao ano de 912. Todos os estudiosos que se têm ocupado do seu estudo atribuem esse mesmo ano à sua construção, no entanto sem certezas absolutas. Se assim for, esta data torna-a numa das mais antigas igrejas de Portugal.

O interesse por esta igreja data, fundamentalmente, do século XX devido à redescoberta do seu estilo pré-românico, dito moçárabe, e consequente publicação de estudos. A 14 de Junho de 1916 esta foi classificada como monumento nacional e posteriormente (em 1930, durante o Estado Novo) sujeita a intervenções de restauro que trouxeram ao de cima não apenas o seu estilo primitivo (adulterado ao longo dos séculos), mas também outros vestígios arqueológicos bastante anteriores à igreja (nomeadamente da época romana).

Esta igreja é, porventura, a mais antiga em funcionamento ininterrupto de 1104 anos de culto cristão, e está ainda associada a uma necrópole com sepulturas

² Cornija que serve de base a um arco.

³ Elemento sobre o capitel de uma coluna onde apoia a arquitrave ou de onde parte um arco.

escavadas na rocha (de feições antropomórficas), sobre a qual a própria igreja assenta. Este cemitério, certamente de cronologias que compreendem a Alta Idade Média, manifesta-se, de igual modo, no adro da igreja, sendo este considerado “*único na região do Mondego*” pela própria DGEMN.

O Século XX e a Redescoberta da Igreja de Lourosa

Permanecendo ignorada por muito tempo, a igreja de Lourosa foi pela primeira fotografada na primavera de 1911 pelo fotógrafo Marques Abreu e revelada aos historiadores pelo Dr. Vergílio Correia (1888-1944), que visitou a mesma em Agosto de 1911, publicando ainda nesse ano alguns artigos no “Folha de Oliveira”⁴ e no ano seguinte em opúsculo⁵.

Em 1911 também o historiador de arte e musicólogo Dr. Joaquim de Vasconcelos acorria à igreja de Lourosa, por indicação de seu amigo e colaborador, o já referido Marques Abreu, publicando ainda nesse ano diversos artigos sobre esta igreja na revista “Arte”⁶ e dedicando-lhe também diversas passagens na obra “*Arte Românica em Portugal*”⁷. A igreja, em enorme estado de deterioração, é por ele descrita nestes termos quando a vê pela primeira vez:

“Que deplorável abandono! Sobre a ruína próxima do arco triunfal, que importará a queda da capela-mor, é urgentíssimo acudir à nave do lado do Evangelho, coberta de telha vã (...) também na sacristia chove quasi como na rua (...) os santos, os livros, os modestos paramentos andam em contínua romaria, a que o zeloso sacristão mal pode acudir, transportando-os a penantes quase diariamente, desviando-os dos estragos dos aguaceiros”. (J. Vasconcelos, in revista “Arte”, nº83)

A chamada de atenção sobre Lourosa por estes referidos investigadores levaria à sua classificação como Monumento Nacional a 14 de Junho de 1916, assim como à sua divulgação a estudiosos internacionais, como o Professor Gomez-Moreno, arqueologista espanhol, que se refere à igreja de Lourosa no seu estudo de

⁴ Semanário de Oliveira do Hospital.

⁵ Folheto. Texto impresso que contém poucas páginas.

⁶ Revista editada por Marques Abreu.

⁷ VASCONCELOS, Joaquim. ABREU, Marques. 1992. «Arte Românica em Portugal». Editora Dom Quixote.

1919 “*Iglesias Mozárabes: Arte Español de Los Siglos IX a XI*”⁸. Tomam forma, a partir de então, os projetos de restauro (antecedidos de necessárias demolições) que libertassem a igreja duma série de construções anexas que ocultavam e desfeavam a sua matriz original.

As Intervenções Por Parte da DGEMN e a Atualidade

O ímpeto final da efetiva “redescoberta” da igreja de Lourosa ficaria a dever-se à própria viragem política conhecida como “Estado Novo” que o país entretanto vivia. Um dos aspetos culturais mais salientes desse novo contexto político foi o investimento numa cultura de tipo nacionalista, evidenciando e enaltecendo os valores e os vultos nacionais. Sendo a igreja de Lourosa anterior à própria nacionalidade, foi um dos monumentos naturalmente privilegiados nessa cultura de exaltação nacional. Para além disso, muitos dos antigos elementos do chamado “Núcleo do Porto” ocupavam agora lugares chave. É o caso do arquiteto Baltazar de Castro (desde 1930 diretor da direção do Norte), do engenheiro Henrique Gomes da Silva (então diretor da DGEMN), e do Prof. Dr. Alfredo de Magalhães (Ministro das Obras Públicas). Talvez assim se explique o facto de rapidamente se ter começado a investir na sua recuperação [da igreja] com importantes obras, demolições e reconstruções que ficaram concluídas em relativamente tão pouco tempo – entre 1930 e 1931.

Pretendendo-se dar início às obras de recuperação da igreja, Lourosa recebe a 1 de Junho de 1930 a visita de várias personalidades já referidas, como o engenheiro Henrique Gomes da Silva, do arquiteto Baltazar de Castro, do Prof. Dr. Alfredo de Magalhães, e também do cônego Aguiar Barreiros (historiador de arte), do arquiteto José Vilaça (o principal autor dos projetos de arquitetura), e de Marques Abreu (fotógrafo), que disso dá conta na revista de que era editor (de seu nome “Arte”). Porém o processo não foi pacífico. Equacionado e analisado por diversos estudiosos que teceram críticas e apresentaram diferentes propostas de modelos finais, ainda hoje surgem críticas ao processo de restauro tal como este foi conduzido. A evolução das obras (que decorreram entre 1930 e 1931) está amplamente documentada através da publicação dirigida por Marques Abreu, com abundantes fotos suas que viriam a integrar mais tarde o Boletim 55 publicado pela DGEMN dedicado à Igreja de Lourosa.

⁸ GOMÉZ-MORENO, Manuel. 1919. «Igrejas Moçárabes: Arte Espanhola dos séculos IX a XI», vol. 2. Madrid, ReInk Books.

Para dar maior visibilidade e projeção à igreja procederam-se a algumas alterações na mesma e também no seu espaço envolvente. Essas mesmas alterações são citadas abaixo, tal e qual aparecem no boletim⁹ correspondente:

- *“Escavações e picagem de rebocos¹⁰, para se porem a descoberto muitos elementos primitivos”;*
- *“Demolição de numerosos anexos que, modernamente construídos, encobriam grande parte da estrutura primitiva da igreja”;*
- *“Deslocação do campanário, de modo a desafrontar o monumento”;*
- *“Escavação do pavimento da igreja até ao nível primitivo, onde foram descobertas diversas sepulturas cavadas na rocha”;*
- *“Apeamento¹¹ do púlpito¹², cuja construção havia determinado o entaipamento¹³ de um dos arcos das naves”;*
- *“Apeamento do coro¹⁴ e reconstrução da fachada principal, em conformidade com os vestígios encontrados”;*
- *“Rebaixamento do telhado do nártex até à altura primitiva, e reposição da janela geminada¹⁵ na empena¹⁶ da frontaria”;*
- *“Redução da capela-mor, modernamente acrescentada, e reconstrução, sobre o alicerce primitivo, da parede que fora demolida anteriormente para realização de tal obra”;*
- *“Apeamento do arco triunfal, também de construção moderna”;*
- *“Desentapamento¹⁷ dos antigos arcos de ligação do corpo da igreja com os braços do transepto”;*
- *“Reconstrução parcial das paredes do transepto sobre os respetivos alicerces”;*
- *“Reconstituição dos absidiolos¹⁸ sobre as fundações primitivas”;*
- *“Reconstituição das fachadas Norte e Sul das empenas¹⁹ terminais do transepto”;*
- *“Apeamento e reconstrução das paredes das naves laterais, com valiosos elementos ali encontrados em plena desagregação”;*
- *“Reconstituição da porta do topo do transepto, na fachada Norte, de harmonia com a existente na fachada oposta”;*

⁹ Boletim da DGEMN, número 55.

¹⁰ Tipo de argamassa com que se alisam as paredes, preparando-as para receber cal ou pintura.

¹¹ Demolição.

¹² Palco. Tribuna onde os sacerdotes pregavam.

¹³ Emparedamento

¹⁴ Parte da igreja destinada ao canto.

¹⁵ Agrupada.

¹⁶ Parede lateral.

¹⁷ Libertação.

¹⁸ Cada uma das capelas laterais que rodeiam a abside de uma igreja.

¹⁹ Paredes cegas de um edifício que habitualmente servem de encosto para outro.

- *“Reconstrução total dos telhados (armação e cobertura) de acordo com os vestígios primitivos”;*
- *“Reconstrução parcial do pavimento da igreja, de modo que ficassem visitáveis as antiquíssimas sepulturas de pedra ali encontradas”;*
- *“Construção de apropriados altares de cantaria, na capela-mor e nos absidiolos”;*
- *“Construção de diversas portas interiores e exteriores, assim como de vidraças coloridas para as janelas e frestas”;*
- *“Regularização geral do adro²⁰ e terrenos circundantes”;*

Desde a sua nova feição adquirida no século XX que a igreja de São Pedro de Lourosa se tem tornado objeto de peregrinação de estudiosos e de turistas culturais, nacionais e estrangeiros, e de uma única visita oficial de um chefe de estado (Américo Tomás, em 1971), da qual resultou a delimitação do cemitério visigótico com umas correntes de ferro para melhor resguardo.

Mais recentemente, a igreja de Lourosa foi incluída na Rota da Moura Encantada²¹ e pela primeira vez, objeto de uma dissertação de mestrado na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 2002 (por Pedro Almeida Fernandes, incluído na bibliografia deste trabalho). Em 2011 foi classificada como uma das “7 Maravilhas Culturais do Concelho de Oliveira do Hospital” num concurso promovido e organizado por uma turma da Escola Secundária de Oliveira do Hospital e apoiado pela própria Câmara Municipal. Em 2012 foi alvo de intensas celebrações jubilares pelos seus 1100 anos, tendo originado diversos tipos de eventos religiosos, culturais e artísticos, e até mesmo uma primeira feira moçárabe, pioneira no país, que já teve quatro edições.

²⁰ Espaço descoberto na frente (e por vezes em roda) das igrejas.

²¹ Roteiro de percursos europeus que denotam a presença árabe.

Conclusão

A realização deste trabalho permitiu compreender a posição do Estado Novo em relação aos monumentos e a posição da DGEMN nesse contexto. O Estado Novo seguiu uma ideologia muito restringida pelos conceitos de patriotismo e nacionalismo e os monumentos nacionais, tal como o nome indica, são estruturas arquitetónicas que se tornaram marcos nacionais, seja de um acontecimento, de uma época histórica ou de um estilo artístico. Assim a ligação entre o Estado e os Monumentos era, de certo modo, previsível e a criação da DGEMN surge como testemunho dessa inevitável ligação. Por outras palavras, a DGEMN foi o órgão criado para satisfazer as necessidades do Estado, na construção de um cenário que glorifique o patriotismo nacional. Os monumentos são então estudados e analisados de um modo que até ao momento não havia acontecido, o que resulta na grande importância do século XX para a história do restauro português e para os restauros contemporâneos.

Podemos assim concluir que o restauro não é realizado de maneira imparcial, pois qualquer intervenção se trata de uma escolha – escolha esta que é feita por um determinado grupo de pessoas que está inserido num determinado meio, que possui uma cultura característica e ideais específicos, o que acaba por influenciar toda e qualquer decisão tomada já que realizamos estas ações de acordo com as nossas experiências e as nossas mundividências, por mais abrangentes que sejam continuam a ser individuais, e portanto, específicas, impossibilitando a total imparcialidade das nossas escolhas. É evidente, no entanto, que estas escolhas possam ser abrangentes quando falamos de um monumento nacional – como é o caso da Igreja Matriz de São Pedro de Lourosa –, no entanto, a maneira como o fazemos está intrinsecamente ainda ligada a cultura do país onde se localiza determinado monumento.

Pesquisa de Conteúdos

Bibliografia

NETO, M.J.B. 1999. «A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal», *in* «Caminhos do Património - Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais». Livros Horizonte. Lisboa.

NETO, M.J.B. 2001. «Memória, Propaganda e Poder – O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)». FAUP Publicações. Porto.

Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais – «Igreja Matriz de Lourosa», nº 55. Ministério das Obras Públicas, Março de 1949. Empresa Industrial Gráfica do Porto Lda., Porto.

SARAIVA, José Hermano. 1983. «História de Portugal: 1640 – Atualidade», vol. 3. Publicações Alfa, SARL.

VASCONCELOS, Joaquim; ABREU, Marques. 1992. «Arte Românica em Portugal». Editora Dom Quixote.

CURVELO, Alexandra. 2010. «100 Anos de Património – Memória e Identidade: Portugal 1910-2010». Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico.

FERNANDES, Paulo Manuel Quintas de Almeida. «A Igreja Pré-Românica de São Pedro de Lourosa», Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Restauro, Setembro de 2002. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Webgrafia

«Obras Públicas: A Grande Fachada do Estado Novo». Disponível em <<http://maquinatemporal.blogspot.pt/2010/01/obras-publicas-grande-fachada-do-estado.html>>. Acesso a 06 de Abril de 2018.

«O Estado Novo em Portugal». Disponível em <<http://conhecerahistoria12.blogspot.pt/2011/11/o-estado-novo-em-portugal.html>>. Acesso a 7 de Abril de 2018.

«Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais». Disponível em <<https://www.portaldahabitacao.pt/pt/ihru/historico/dgemn.html>>. Acesso a 7 de Abril de 2018.

«Igreja Paroquial de Lourosa/Igreja de São Pedro». Disponível em <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2801>. Acesso a 13 de Abril de 2018.

«Igreja de Lourosa». Disponível em <<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70268/>>. Acesso a 13 de Abril de 2018.

«Igreja Moçarabe de São Pedro de Lourosa». Disponível em <<http://www.portugalnotavel.com/igreja-mocarabe-de-sao-pedro-de-lourosa-oliveira-do-hospital/>>. Acesso a 13 de Abril de 2018.

«Igreja Moçarabe de São Pedro de Lourosa». Disponível em <<https://www.cm-oliveiradohospital.pt/index.php/2-uncategorised/291-igreja-mocarabe-de-sao-pedro-de-lourosa>>. Acesso a 19 de Abril de 2018.